

A eterna disputa no PAS

Na disputa entre governo municipal e servidores contrários ao Plano de Atendimento à Saúde (PAS), o grande derrotado é o paulistano. Num setor de fundamental importância para a sociedade, tem-se, de um lado, o governo enviando médicos, enfermeiros e demais servidores que não aderiram ao sistema para as outras secretarias, sem levar em conta a especialização dessa mão-de-obra. De outro, os profissionais da Saúde que cruzaram os braços diante da transferência e fizeram ressurgir a imagem do funcionário público que bate o ponto, recebe o salário, mas não trabalha. Falta consciência social aos dois lados envolvidos na disputa. A população cumpre suas obrigações tributárias e merece receber em troca serviço eficaz. Se os servidores gozam da estabilidade, que sejam criadas formas de aproveitá-los fora do PAS. Certamente, a demanda existente em São Paulo não é totalmente atendida pelas 14 cooperativas do sistema.

A Secretaria Municipal da Saúde encontrou uma forma de manter o PAS, ameaçado pela falta de recursos. Está usando o desvio forçado de função para enviar para outras secretarias todos aqueles que não quiseram trabalhar no sistema das cooperativas médicas, hoje responsáveis pela operação e administração dos hospitais. Embora R\$ 695 milhões do total de R\$ 772 milhões à disposição da secretaria estejam comprometidos com o plano, são claros os sinais de que a verba não é suficiente para cobrir os gastos das 14 unidades neste ano. Livrando-se dos que não aprovaram as mudanças, a Saúde consegue

Médicos contrários ao plano e governo se confrontam e o paulistano é quem perde

economizar e continuar financiando o plano. É manobra contábil. Até agora, transferiu 17,4 mil servidores para as Secretarias da Família e Bem-Estar, Administração, das Administrações Re-

gionais, do Esporte, da Educação e Guarda Civil. Consegue, assim, segurar nos seus cofres R\$ 13 milhões por mês. O resultado é tão bom que outros

10 mil funcionários já têm destino definido — fora da Secretaria da Saúde. A saída poderia ser apoiada no caso de a Prefeitura ter tido o trabalho de recolocar quem não aderiu ao PAS em postos onde possam exercer suas profissões. Há neurocirurgiões “trabalhando” em usinas de asfalto e auxiliares de enfermagem em postos de atendimento da Secretaria das Administrações Regionais. É prova de que foram descartados, apesar de a Cidade precisar deles. Tanto que, nos ambulatórios e prontos-socorros que a Prefeitura mantém na periferia, a resposta mais freqüente para as filas e falta de atendimento é a escassez de pessoal.

A eficiência que se pede do governo, no entanto, deveria encontrar contrapartida nos funcionários públicos. Apesar de todas as falhas do novo sistema, o certo é que a população o aprovou e se diz satisfeita com a qualidade do atendimento. Mais produtivo do que passar o tempo analisando as possibilidades de frustração do plano, os erros cometidos, as deficiências, suspeitas de mau gerenciamento, etc., seria criar formas de participar na melhoria dessa iniciativa. Posições ideológicas bem como eventuais discordâncias com o sistema adotado pelo PAS não são motivo para que os profissionais de saúde deixem de atender à população.